

Francisco Resende de Albuquerque

ICMS Socioambiental no estado de
Pernambuco: critérios de repartição
da receita do ICMS a partir do
exercício 2018

Blucher

ICMS Socioambiental no estado de Pernambuco: critérios de repartição da receita do ICMS a partir do exercício 2018

© 2017 Francisco Resende de Albuquerque

Editora Edgard Blücher Ltda.

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer
meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

FICHA CATALOGRÁFICA

Albuquerque, Francisco Resende de
ICMS Socioambiental no estado de Pernambuco :
critérios de repartição da receita do ICMS a partir do
exercício 2018 [livro eletrônico] / Francisco Resende
de Albuquerque. – São Paulo : Blucher, 2017.
186 p.: PDF ; il. color.

Bibliografia

ISBN 978-85-803-9229-6 (e-book)

ISBN 978-85-803-9228-9 (impresso)

1. Imposto sobre circulação de mercadorias
e serviços – Socioambiental – Pernambuco 2.
Administração pública – Pernambuco 3. Políticas
públicas 4. Direito ambiental 5. Finanças públicas I. Título.

17-0096

CDD 351.8134

Índices para catálogo sistemático:
1. Administração pública – Pernambuco

Aos 5 anos de idade, um menino com barriga d'água e com o nariz lambuzado, nas brenhas do Maranhão, ouviu dizer das maravilhas do saber. Dedico este trabalho à Maria Albuquerque, tia Dulce, que me ensinou as primeiras letras, sem as quais este fim não teria um começo.

Agradecimentos

É momento de agradecer, principalmente quando sonhos se materializam!

A Deus, pelo amparo nos momentos em que os obstáculos na vida aparentam ser impossíveis de serem ultrapassados.

Aos familiares e amigos, fontes motivadoras; ao meu pai Raul, tia Dulce, minhas irmãs Joana e Maria das Graças, ao irmão cunhado Danilo, e, postumamente, à minha mãe Maria e avó Francisca, que o destino se ocupou de colocar de distância em distância.

À professora Leonila Maria Meneses Mendonça, pelo apoio e compreensão durante o desenvolvimento desta publicação, fruto do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Direito da Faculdade de Direito de Garanhuns – Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns (FDG/AESGA).

À professora Marcela Barbosa Leite, pela colaboração crítica na consolidação deste mister.

Aos professores Gabriela Fernanda de Alcântara Valença Paiva e Ricardo Severino de Oliveira, pelas indicações que lapidaram a formação deste trabalho.

Aos docentes que contribuíram para as minhas formações humana e profissional. E como os ombros sobre os quais repouso são muitos, menciono as instituições de ensino: Escola Gato de Botas (PB), Escola Estadual Tércia Bonavides Lins (PB), Escola Pública Unidade Escolar Jansen Veloso (MA), Escola Estadual Olivina Olívia (PB), Escola Técnica Federal da Paraíba (atual IFPB), Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR-PB – 16º RCMec), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns (AESGA).

À Editora Blucher, nas pessoas de Milena Varallo e Luana Negraes, pela assistência na formatação, análise e diagramação desta obra.

Também sou grato aos ilustres desconhecidos e conhecidos que contribuíram para a concretização deste livro.

Hoje, preocupamo-nos com uma espécie diferente de risco que perpassa pelo nosso meio ambiente: um risco que nós mesmos introduzimos no nosso mundo, na medida em que o nosso moderno estilo de vida veio evoluindo e formando-se.

Rachel Carson

Lista de ilustrações

Figura 5.1: Representação da repartição constitucional da receita do ICMS entre os municípios

Figura 6.1: Mapa das Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco (Lei Estadual nº 15.703/2015)

Figura 6.2: Evolução legislativa, até 2009, referente ao ICMS Socioambiental e critérios de repartição da receita do ICMS destinados aos municípios em Pernambuco

Figura 6.3: Critérios socioambientais incorporados na Lei Estadual nº 10.849/1990 com indicação dos respectivos exercícios de aplicação

Figura 6.4: Percentuais e critérios socioambientais empregados, a partir do exercício 2018, para a repartição de parte da receita do ICMS destinados aos municípios em Pernambuco

Figura 6.5: Índices do critério Unidades de Conservação para os municípios com os maiores IDHM nas Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco (2011-2016)

Figura 6.6: Pontuações relativas ao critério Resíduos Sólidos para os municípios com os maiores IDHM nas Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco (2011-2016).

Figura 6.7: Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) dos municípios com os maiores IDHM nas Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco (2011-2016)

Figura 6.8: Quantidade de equipes no Programa Saúde da Família (ePSF) dos municípios com os maiores IDHM em cada Região de Desenvolvimento de Pernambuco (2011-2016)

Figura 6.9: Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos municípios com os maiores IDHM nas Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco (2011-2016)

Figura 6.10: Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) por 100 mil habitantes ocorridos nos municípios com os maiores IDHM nas Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco (2011-2016)

Figura 6.11: Números de detentos (média trienal) nos municípios com os maiores IDHM nas Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco (2011-2016)

Figura 6.12: PIB *per capita* dos municípios com os maiores IDHM nas Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco (2011-2016).

Figura 6.13: Receita Tributária Própria *per capita* dos municípios com os maiores IDHM nas Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco (2011-2016)

Figura 7.1: ICMS Líquido (R\$/bilhões) transferido aos municípios de Pernambuco (2010-2015)

Figura 7.2: ICMS Líquido (R\$/milhões) transferido aos municípios com os maiores IDHM nas Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco (2010-2015)

Figura 7.3: IPM-ICMS dos municípios com os maiores IDHM nas Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco (2010-2015)

Figura 7.4: Valores dos repasses do ICMS Líquido relacionados ao critério Resíduos Sólidos (RS) – Aterro Sanitário e Unidade de Compostagem – para os municípios com os maiores IDHM nas Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco (2015)

Figura 7.5: Valores dos repasses do produto da arrecadação do ICMS, relacionados ao critério Unidades de Conservação, para os municípios com os maiores IDHM nas Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco (2015)

Lista de quadros

Quadro 4.1: Classificação dos instrumentos de política ambiental para proteção do meio ambiente

Quadro 4.2: Classificações e Instrumentos Econômicos (IE) empregados na proteção do meio ambiente

Quadro 4.3: Mecanismos de gestão ambiental (IE, IC&C e litígio)

Quadro 4.4: Principais Instrumentos Econômicos (IE) utilizados na gestão ambiental em vários países

Quadro 4.5: Principais Instrumentos Econômicos (IE) empregados na gestão ambiental em países da América Latina

Quadro 5.1: Distribuição constitucional de competências tributárias

Quadro 5.2: Formas de repartição das receitas tributárias

Quadro 6.1: Municípios com os maiores IDHM nas Regiões de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (2010)

Quadro 6.2: Critérios e percentuais referentes aos 25% da receita do ICMS a que têm direito os municípios, conforme a Lei do ICMS Socioambiental de Pernambuco, e respectivos percentuais efetivos na receita do ICMS

Lista de tabelas

Tabela 6.1: Relação do número de equipes no Programa de Saúde da Família (ePSF) na área territorial dos municípios com maiores IDHM nas Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco (2016)

Tabela 6.2: Unidades de Atendimento da Funase no Estado de Pernambuco

Tabela 7.1: Pontuação para habilitação dos municípios em relação ao critério dos Resíduos Sólidos previstos no Decreto Estadual nº 23.473/2001 que regulamenta a Lei do ICMS Socioambiental de Pernambuco

Lista de abreviaturas

Alepe	Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
APM	Áreas de Proteção de Mananciais
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPRH	Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil
CTN	Código Tributário Nacional
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais por 100 mil habitantes
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ePSF	Equipes no Programa Saúde da Família
Etep	Espaços Territoriais Especialmente Protegidos
Funase	Fundação de Atendimento Socioeducativo
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC&C	Instrumentos de Comando e Controle
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação

ICMS Ecológico	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – Ecológico
ICMS Socioambiental	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – Socioambiental
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Idepe	Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPM-ICMS	Índice de Participação dos Municípios na receita do ICMS
IE	Instrumentos Econômicos
II	Imposto sobre a importação de produtos estrangeiros
IOF	Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou sobre operações relativas a títulos ou valores mobiliários
IPI	Imposto sobre produtos industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre Transmissão Onerosa de Bens Imóveis
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEP	Lei de Execução Penal
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
PEE	Plano Estadual de Educação
Pers	Política Estadual de Resíduos Sólidos
PIB	Produto Interno Bruto
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNE	Plano Nacional de Educação
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos

PSF	Programa Saúde da Família
RFB	República Federativa do Brasil
RTP	Receita Tributária Própria
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
Saepe	Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco
Seuc	Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza
Sisnama	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SPPV	Selo Pacto pela Vida de Prevenção e Redução da Criminalidade nos Municípios
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCE-PE	Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco
TMI	Taxa de Mortalidade Infantil
UC	Unidades de Conservação
Unicef	Organização das Nações Unidas para a Infância

Conteúdo

Agradecimentos	5
Lista de ilustrações.....	9
Lista de quadros.....	11
Lista de tabelas	13
Lista de abreviaturas.....	15
Conteúdo.....	19
Capítulo 1 – Apresentação.....	21
Capítulo 2 – Historicidade: o meio ambiente como um bem econômico	25
Capítulo 3 – Propedêutica: o meio ambiente como um direito fundamental.....	31
Capítulo 4 – Instrumentos protetivos do meio ambiente	51
Capítulo 5 – ICMS ecológico: instrumento econômico de direito financeiro com função extrafiscal.....	67
Capítulo 6 – ICMS socioambiental no estado de Pernambuco	87

Capítulo 7 – Repartição de receita do ICMS em Pernambuco: unidades de conservação e resíduos sólidos.....	147
Capítulo 8 – Considerações finais.....	157
Referências	161